



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: BRASIL É RECORDISTA EM MORTES DE POLICIAIS *Pág. 06*



**DELEGADA PATRÍCIA DOMINGOS
RESSALTA IMPORTÂNCIA DE
COMBATER CORRUPÇÃO *Pág. 09***

**PAGAMENTO DE
PRECATÓRIOS
PODERÁ COMEÇAR
EM BREVE *Pág. 08***

**NOVA ETAPA NA
REFORMA DA SEDE
DA ADEPPE *Pág. 12***

Neste início de ano, o conteúdo do editorial não poderia ser outro senão o de uma avaliação do ano que passou, período de grande alegria pela nomeação de 140 novos Delegados, aprovados em um dos concursos mais complexos do Brasil. Com uma linda festa na Arcádia Paço Alfândega, os novos colegas foram calorosamente recebidos pelos mais antigos. E já chegaram mostrando seu elevado potencial. Todos os índices de ocorrências criminais caíram após o início dos trabalhos. Tivemos também o I Congresso de Ciências Criminais da Adeppe, realizado no Teatro Guararapes, que ficou pequeno diante de uma plateia de estudantes e profissionais do Direito. O ano de 2018 também foi de grande avanço para o recebimento dos créditos de precatório, com a injeção de R\$ 200 milhões para a quitação da dívida, fruto de reiteradas reuniões com as partes envolvidas, Caixa Econômica Federal e Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mas também foi um ano em que se observou um grave dano à Polícia Civil, com a descabida extirpação da DECASP, uma unidade que vinha atuando de forma exemplar, com apoio e admiração da população. Mas a época agora é de festa, confraternização, perdão e solidariedade. Mais um ano se apresenta e vem com uma pauta obrigatória: a majoração dos subsídios da classe inicial que, desde a sua criação, é a pior do Brasil. A Adeppe vai erguer essa bandeira e não medirá esforços para alcançar esse objetivo. No mais, desejamos a todas e a todos um ano novo de muitas conquistas.



FRANCISCO RODRIGUES
PRESIDENTE
ADEPPE - ASSOCIAÇÃO DE DELEGADOS
DE PERNAMBUCO

#130 | Dezembro/Fevereiro - 2019

Presidente
Francisco Rodrigues

Vice-presidente
Andrea Busch
e Sylvana Lellis

Diretora de
Relações Públicas
Verônica Azevedo

Tel. (81) 3221.2925
(81) 99333.0830
www.adeppe.com.br

f facebook.com/adeppe
t delegadospe
i adeppeoficial

ALFINIM COLETIVO CRIATIVO
Projeto gráfico e editoração
Eddie Lima

Editor e jornalista
responsável
Rodrigo Callado
assessoria@alfinim.com.br

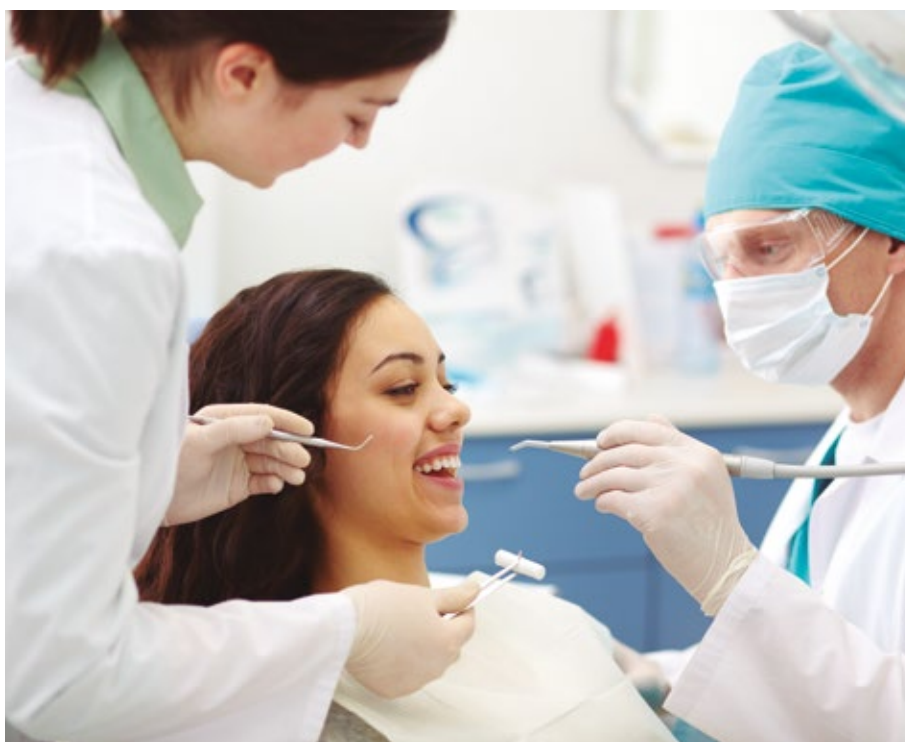



Foto: Divulgação

ADEPPE FIRMA PARCERIA COM CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Oferecendo condições especiais para seus associados melhor cuidarem da saúde, a Adeppe firmou parceria com a clínica odontológica Dra. Márcia Paiva, que trabalha com odontologia preventiva,

cirúrgica e restauradora. Também atua com odontopediatria, endodontia e prótese. A Secretaria da Associação está à disposição para informar detalhes sobre como usufruir do benefício.

ADEPPE CONQUISTA NOVAS VITÓRIAS JUDICIAIS PARA ASSOCIADOS



Foto: Divulgação

Prezando pela melhoria das condições de trabalho dos seus associados, a Adeppe obteve, recentemente, duas vitórias judiciais para a categoria, referentes à compensação salarial decorrente do aumento de carga horária de seis para oito horas e também a descontos indevidos da base de cálculo do fundo previdenciário que financia as aposentadorias e pensões dos servidores estaduais (Funafin).

No primeiro caso, o corpo jurídico da Adeppe – por meio dos advogados Leonardo Duque, Felipe Alecrim e Marcelo

Siqueira – protocolou petição e obteve provimento judicial favorável à tese de compensação salarial devido ao aumento da carga horária de seis para oito horas (previsto na lei complementar nº 155/2010). Dessa maneira, ocorrerá um aumento de 33,33% sobre o vencimento base de todos os filiados da Associação.

No segundo caso, o Tribunal de Justiça de Pernambuco deferiu liminar requerida pela Adeppe - por meio do advogado Leonardo Montenegro Duque De Souza - e suspendeu o desconto de 13,5%

da base de cálculo do Funafin, cobrado sobre verbas remuneratórias temporárias recebidas pela delegada Julieta Japiassu. As gratificações não são incorporadas para concessão de aposentadoria mas eram cobradas como contribuição previdenciária.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DA MULHER CONSCIENTIZA PARA REDUZIR VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Apartir do atendimento inicial às vítimas de agressões, o Departamento de Polícia da Mulher (DPMUL) evita crimes mais graves, solicita prisão preventiva de agressores e conscientiza comunidades a respeito da violência contra as mulheres. A delegada Gestora do DPMUL, Julieta Japiassu, destaca que o trabalho do órgão é fundamental, tendo participado da elaboração do Protocolo Pernambucano de Femicídio.

Julieta explica que o DPMUL possui, atualmente, 11 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), localizadas no Recife, Jaboatão

dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Goiana, Vitória de Santo Antão, Caruaru, Garanhuns, Surubim, Afogados da Ingazeira e Petrolina. As DEAMs atendem vítimas de violência doméstica e familiar. As medidas protetivas solicitadas pelas mulheres são “rapidamente encaminhadas ao Poder Judiciário” e isso repercute positivamente.

Segundo a delegada, “está comprovado, através de estatísticas, que a mulher desprotegida é o maior alvo dos homicidas”. De acordo com Julieta, mulheres que solicitam medidas protetivas como afastamento do agressor do lar, proibição de contato e distância mínima,

buscaram “quebrar o ciclo da violência com o apoio do Estado”. Ela também ressalta que a experiência do DPMUL é positiva. O órgão participou do grupo de trabalho que elaborou o Protocolo Pernambucano de Femicídio, no que diz respeito à investigação desse tipo de crime.

“Os policiais lotados no DPMUL e nas DEAMs atuam para que esse contexto [de violência contra a mulher] mude. Mas o desafio no combate a essa violência consiste, principalmente, na reeducação do brasileiro”, avalia a delegada. Infelizmente, ainda é grande o número de ocorrências desse tipo, mas as denúncias estão aumentando.



UMA GUERREIRA NA ALEPE

“Qual crime organizado terá prioridade? Um grupo de extermínio com seu modus operandi que jorra sangue na sociedade ou um crime de colarinho branco que, aparentemente, não mata ninguém?”

Lutar contra o rolo compressor do Governo é, sempre, tarefa bastante desafiadora. No dia 30 de outubro, a deputada Priscila Krause (DEM) enfrentou o desafio com louvor, ao questionar a votação do então projeto de lei 2066/18 (atual lei 16.455/18) e ser aplaudida diversas vezes pelo público presente na Assembleia Legislativa (Alepe). De autoria do Governo do Estado, a legislação extinguiu as Delegacias especializadas de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos (Decasp) e de Crimes contra a Propriedade Imaterial (Deprim) para criar o Departamento de Repressão ao Crime Organizado (Draco).

Nos últimos anos, a Decasp evitou desvios de milhões de reais, através de operações como Ratatouille, Ghost e Castelo de Farinha. Em três anos e meio foram realizadas 15 grandes operações policiais, 49 pessoas foram presas e mais de R\$ 3 milhões de reais em espécie foram apreendidos. Em relação a bens sequestrados, o valor recuperado pela Decasp ultrapassa R\$ 10 milhões. Esses e outros argumentos foram evidenciados pela deputada no plenário da Alepe. A batalha, porém, começou uma semana antes.

Enviado pelo Governo em regime de urgência, o então projeto 2066/18 foi publicado pela primeira vez no Diário Oficial no sábado (20 de outubro), depois distribuído na terça (23) pela manhã na Comissão de Justiça e, na tarde do mesmo dia, a proposta já seria votada em plenário. Prazo que não cumpria o rito previsto pelo Regimento Interno da Alepe. A deputada solicitou o adiamento da votação, foi atendida e elaborou duas emendas modificativas, para que a criação do Draco mantivesse em funcionamento a Decasp e a Deprim, mantendo resguardadas suas competências. Uma semana depois, as galerias estavam praticamente lotadas com delegados, auditores, representantes do Ministério Público Estadual, Federal e de Contas e de representantes de organizações sociais, público em geral e imprensa, para acompanhar a votação em plenário.

“O que está em franco risco para justificar esse regime de urgência?”, questionou Priscila Krause. A deputada informou que não era necessário votar o projeto 2066/18 na terça (30), uma vez que havia prazo regimental para votação do parecer até o dia 14 de novembro. Ela afirmou que a Decasp e a Deprim possuem especialidades importantes e pontuou que a extinção das delegacias é prejudicial para o combate à corrupção e à pirataria. *“Não fortalece porque pulveriza, tira da especialidade e coloca no genérico. O crime de colarinho branco é muito sutil. Ninguém vai numa delegacia denunciar uma fraude em licitação”*, declarou.

“Vamos jogar tudo num balaio só e teremos que escolher prioridades. Qual crime organizado que terá prioridade? Um grupo de extermínio com seu modus operandi de crime organizado que jorra sangue na sociedade ou um crime de colarinho branco que, aparentemente, não mata ninguém?”, questionou.

“É como se colocasse um cirurgião geral para fazer uma cirurgia neurológica. Não tem como dar certo”, declarou. A parlamentar também informou que a extinção da Decasp e da Deprim causará assimetria entre as instituições envolvidas no combate à corrupção, uma vez que no Poder Judiciário e no Ministério Público continuam a funcionar, respectivamente, a Vara de Crimes Contra a Administração Pública e o CAOP Patrimônio Público e Terceiro Setor.

Legislação de outros Estados

Também durante a votação no dia 30, a deputada informou que o projeto 2066/18 não se assemelha à legislação dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal, ao contrário do que afirma a justificativa da proposta. Nesses Estados, as delegacias especializadas de combate à corrupção continuaram a existir e receberam reforço para melhorar suas atribuições.

Lei de Responsabilidade Fiscal

“Onde vai funcionar o Draco? Vai ter um [delegado] titular? Quantos substitutos? Nada disso está aqui porque a Lei de responsabilidade Fiscal é muito clara. Nos últimos 180 dias de mandato não se pode gerar despesa. Esse projeto de lei não cria estrutura objetivamente mas cria um departamento. E como esse departamento vai funcionar?”, questionou.

“Se vai fazer depois, significa que ele [Draco] não tem como funcionar imediatamente e, se não tem como funcionar imediatamente, deixa a Decasp trabalhar. Deixa a Decasp continuar a fazer seu serviço de uma maneira eficiente”, defendeu a deputada.

Posicionamento da Adeppe

Além de Priscila Krause, os deputados Edilson Silva (Psol), Socorro Pimentel (PTB) e Teresa Leitão (PT) também se manifestaram sobre a criação do Draco e a extinção da Decasp e da Deprim. Todos defenderam maior prazo para debater o assunto por meio de reuniões e audiências públicas. Em relação a votos contrários, na votação em Primeira Discussão se opuseram ao projeto 2066/18 os deputados Edilson Silva, Antônio Moraes (PP), Priscila Krause e Socorro Pimentel. Durante a Segunda Discussão, no dia 31 de outubro, Priscila Krause, Socorro Pimentel, Antônio Moraes, André Ferreira (PSC), Augusto César (PTB) e Bispo Ossesio Silva (PRB) votaram contra a proposta. A Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (Adeppe) não possui vinculação partidária e atua estritamente em defesa de melhores condições de trabalho para a categoria e de mais segurança para a população.



“Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.”

REFORMA DA PREVIDÊNCIA NEGLIGENCIA MORTES DE POLICIAIS

O Brasil é o país onde os policiais mais são assassinados no mundo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Realidade negligenciada pelo Governo Federal na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, que impõe a idade mínima de 55 anos para ambos os sexos na concessão da aposentadoria e prevê, a partir de janeiro de 2020, um período de transição que aumentará em cinco anos o tempo exigido de atuação estritamente policial. Atualmente, os homens precisam comprovar 20 anos de trabalho na polícia, e as mulheres, 15 anos, sem haver uma idade mínima para receber o benefício.

Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no final de 2016 informaram que o Brasil possui a maior quantidade de assassinatos cometidos contra policiais no mundo. Quando não morre, o policial aposentado conviveu em situações de elevados níveis de estresse e de pressão psicológica durante décadas, prejudicando diretamente seu

bem-estar físico e mental. A atividade é, por conta dos seus riscos, diferente das demais profissões. Negligenciar essa realidade representa a violação do princípio da igualdade, consagrado desde o jurista Rui Barbosa até os dias de hoje. Barbosa declarou que a igualdade significa *“quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade.”*

Atualmente, o princípio da igualdade é examinado de maneira semelhante à análise de Barbosa. “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”, explicou o advogado e professor titular da Faculdade de Direito da PUC-SP, Nelson Nery Júnior, no livro *“Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal”*. Nery Júnior é reconhecido em todo o Brasil por seu trabalho em direito constitucional, entre outras áreas.

A atividade de risco dos policiais também foi negligenciada pelas diferentes propostas de reforma da previdência apresentadas até 2018. Isso refletiu na falta de apoio popular e político. Em 2013, o Governo Federal precisou adiar a mudança. No ano de 2017, a PEC 287/16 teve a votação em plenário adiada em razão dos votos insuficientes. Em fevereiro de 2018, a história se repetiu.

Associações se posicionam

Em todo o Brasil, diversos sindicatos e associações se manifestaram contra os textos de reforma da previdência em razão das propostas injustas. Em Pernambuco, no ano de 2018, a Adepe se uniu a cinco entidades (Sindicato dos Bancários de Pernambuco; Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo de Pernambuco; Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco;



Aposentadoria: policiais convivem em situações de risco durante décadas para defender a sociedade. Em todo o Brasil, a categoria reivindica uma reforma da previdência justa

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social do Estado de Pernambuco; e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco) e lançou campanha para informar à população os reais números previdenciários.

Na época, a previdência acumulava dívidas no montante de R\$ 426 bilhões oriundo das 500 maiores

dívidas previdenciárias (valor quase três vezes superior ao alegado “déficit” de 2016). A campanha também visou cobrar dos parlamentares pernambucanos voto contrário à proposta em vigor na ocasião. Atualmente, a Adeppe segue em defesa de uma reforma da previdência justa, que leve em consideração os riscos inerentes à atividade dos policiais. Outra entidade que se manifestou contra o texto da reforma da

previdência foi a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ) – que abrange mais de sete mil delegados das polícias civis e federal.

Retirar a aposentadoria especial por risco de vida representa desconsiderar a categoria que luta diariamente em defesa da população. Por meio dos policiais civis – nos diversos cargos da corporação – grupos de extermínio, homicidas e outros criminosos são encaminhados à Justiça. Levar em consideração esse caráter indispensável, específico e de periculosidade da carreira policial, na proposta de reforma da previdência, significa reconhecer o trabalho de quem arrisca a vida em prol da sociedade.



Foto: Divulgação

TRABALHO POSITIVO MERECE RECONHECIMENTO

Atividade insubstituível e fundamental para a recente redução dos índices de violência em Pernambuco, a atuação dos delegados e delegadas não vem recebendo ultimamente o reconhecimento pelos resultados alcançados. Na Polícia Civil de Pernambuco, a classe inicial recebe o pior salário do país e uma remuneração com uma diferença de mais de 100% para o segundo nível da carreira.

A remuneração da classe inicial (QAP-S) está congelada há dois anos. Atualmente, a diferença é de 118% para o segundo nível (QAP-2). Nas demais classes, a distinção é de 15%, situação que pode desestimular delegadas e delegados a continuar nos quadros da Polícia Civil de Pernambuco e promover a busca por outros concursos públicos, com a indesejada saída da corporação.

Essa baixa remuneração causa também insatisfação nas demais classes,

ainda mais com as condições de trabalho inadequadas e cobranças desproporcionais e extravagantes impostas à classe.

A categoria espera que a situação seja solucionada, através de um diálogo honesto, fundamentado e tranquilo. Nossa classe não mede esforços para combater a violência e reduzir os índices de criminalidade, mas é necessária a compreensão das dificuldades encontradas e do elevado nível de estresse a que estamos submetidos na atividade fim.



O presidente da Adeppe Francisco Rodrigues e o advogado Sérgio Higino divulgaram expectativa de pagamento durante reunião na OAB

PRECATÓRIOS: PAGAMENTOS PODEM COMEÇAR EM BREVE

“**A** pós mais de 20 anos de espera [quando foi apresentada a ação judicial que elevou a gratificação de função policial para 225%], essa questão parece que está chegando ao fim”, anunciou o presidente da Adeppe, Francisco Rodrigues, uma semana antes da publicação do edital pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) que convocou os credores dos precatórios para habilitação de acordo direto, a fim de realizar os pagamentos com deságio de 10% sobre o valor original, conforme prevê lei estadual. A PGE publicou o documento no dia 23 de novembro, confirmando a expectativa divulgada no dia 13 do mesmo mês, durante reunião no auditório da OAB que também contou com a presença do advogado responsável pelos precatórios, Sérgio Higino.

O edital publicado pela PGE é baseado na lei 15.690/15, alterada pela legislação 16.419/18. “Esse foi um trabalho que fizemos perante a PGE, no sentido de modificar o texto [lei 15.690/15]. Nós entendíamos que esse percentual [de 40%] não devia ser aceito e fato é que não houve interessados em fazer esse acordo anterior”,

informou Sérgio Higino. “A partir de então, insistimos com o Estado para modificação até que, mais recentemente, a PGE acolheu nossa sugestão e escalonou os percentuais de deságio [na lei 16.419/18, alterando a legislação 15.690/15]”, destacou. Os precatórios da ação referente aos 225% abrangem deságio de 10%. O advogado esclareceu que todos os credores poderão celebrar o acordo previsto com o Estado. Segundo Francisco Rodrigues, o trato pode ser uma opção para quem tem pressa de receber. “Pelo critério cronológico existe uma certa demora porque ainda existem alguns processos na nossa frente e, infelizmente, não há como dizer em quanto tempo eles serão exauridos”.

Segundo o edital que convoca os credores de precatórios para habilitação de acordo direto, serão utilizados R\$ 99 milhões para pagamentos nesta modalidade. O documento informa que, após receber da PGE os requerimentos de adesão ao trato, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizará o pagamento de quantos credores o valor comportar. No caso de haver mais interessados no acordo do que os recursos financeiros

disponíveis, serão aplicados critérios de prioridade, como: portadores de patologia grave e deficientes físicos; maiores de 60 anos, por ordem do exercício de inscrição e nesta observada a ordem cronológica do precatório, considerando-se ainda a ordem decrescente de idade; e demais credores por ordem do exercício de inscrição e nesta observada a ordem cronológica do precatório, considerando-se ainda a ordem decrescente de idade.

Outros R\$ 99 milhões serão utilizados para pagamento seguindo o critério cronológico, ou seja, sem acordo direto que determina o deságio de 10% sobre o valor devido. A Adeppe esclarece que voltarão à lista cronológica os credores que solicitaram o trato mas, eventualmente, não sejam contemplados em razão de haver mais precatórios habilitados para pagamento além do valor disponível. Desde o início do ano, principalmente, a Associação participou de diversas reuniões com representantes do Governo do Estado e Poder Judiciário, a fim de solucionar a questão. A Adeppe espera que os pagamentos sejam realizados no menor prazo possível.

DELEGADA PATRÍCIA DOMINGOS RESSALTA IMPORTÂNCIA DE COMBATER A CORRUPÇÃO

Natural do Rio de Janeiro, a delegada Patrícia Domingos escolheu Pernambuco para trabalhar. Há 10 anos na profissão, ela sempre teve identificação com o trabalho na Polícia, pois o cargo possibilita combater todas as formas de violência. Nesta entrevista, Patrícia Domingos esclarece o motivo de ter recusado o convite para atuar no Departamento de Repressão ao Crime Organizado (Draco), ressalta a importância de coibir a corrupção e comenta as dificuldades enfrentadas diariamente – como a ausência da inamovibilidade, prerrogativa garantida para magistrados e promotores mas não para delegados de polícia, que também são carreira jurídica.



Foto: Arquivo Pessoal

Qual a importância de investigar os crimes contra a administração e serviços públicos?

A corrupção no âmbito da administração pública é um crime que mata em escala, fazendo muito mais vítimas que o homicídio e demais crimes violentos. O corrupto é um verdadeiro genocida, que causa a morte de pessoas em filas de hospitais, por falta de medicação, por manter pessoas abaixo da linha da pobreza em verdadeira situação de miséria, por destruir gerações com educação de péssima qualidade. A corrupção extermina a crença das pessoas na justiça e fulmina de morte a esperança de um país mais igualitário e justo.

Quais dificuldades as delegadas e delegados enfrentam diariamente? Existem condições adequadas de trabalho, como equipamentos e infraestrutura satisfatórios?

Os delegados atualmente ainda carecem de infraestrutura física e humana, sendo este um problema de âmbito nacional. Mas o problema mais grave reside na falta de prerrogativas que garantam ao delegado atuar de forma mais independente, a exemplo das prerrogativas das demais carreiras jurídicas tais como a magistratura e a promotoria. A principal delas é a inamovibilidade, que garante ao delegado trabalhar com isenção e sem receio de

retaliações através de remoções com objetivos escusos.

À frente da Delegacia de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos (Decasp), qual operação mais lhe marcou e por quê?

A operação que é a nossa “menina dos olhos” é a Tsunami, a qual quebrou paradigmas no Estado de Pernambuco e deu início à cultura do combate à corrupção na Polícia Civil de Pernambuco. Nessa operação, a Decasp prendeu pela primeira vez em Pernambuco um prefeito em exercício, recuperou mais de R\$ 10 milhões para os cofres públicos, sendo R\$ 1.5 milhão em espécie, além de realizar a primeira delação premiada do Estado de Pernambuco.

Atuar como diretora adjunta do Draco iria ser prejudicial para o aproveitamento de sua experiência? Por quê?

O cargo de assessoria do Draco que me foi proposto é um cargo de atuação meramente administrativa, inclusive as atribuições do cargo são previstas de forma taxativa em decreto publicado no Diário Oficial, não sendo mencionada a possibilidade de presidir investigações policiais [decreto 46.725/2018, art. 11]. Sempre atuei na área investigativa, em um período de três anos e meio, realizei 13 operações policiais,

transformando a Decasp em uma das delegacias mais produtivas do Estado em termos de investigações qualificadas. Quando recusei o convite para a assessoria do Draco, afirmei que tinha interesse em fazer parte do Departamento, mas atuando em uma das novas delegacias que foram criadas em substituição à Decasp, inclusive porque assim eu continuaria comandando as investigações que já estavam sob minha presidência na Decasp. Infelizmente, o Draco não teve interesse em ter Patrícia Domingos trabalhando em nenhuma de suas delegacias.

Qual mensagem final gostaria de passar para a sociedade?

[A extinção da Decasp] Foi uma dolorosa experiência para mim e minha equipe, mas nos demonstrou o quanto a sociedade aprova e apoia o trabalho da Decasp, tanto que o povo pernambucano lutou aguerridamente para manter a delegacia de pé. Registro aqui meu orgulho do bravo povo pernambucano que fez valer a pena todos os sacrifícios desses quatro anos no comando da Decasp. Trabalho por vocês e para vocês! O combate à corrupção é e sempre será a minha principal bandeira, seja onde for. Por um Brasil mais justo sempre!

MAIS COMODIDADE E CONFORTO PARA DELEGADAS

A fim de trazer mais comodidade e conforto para as delegadas e seus dependentes, a Adeppe firmou parceria com o Espaço de Beleza Karla Iório, garantindo 20% de desconto em todos os serviços. Segundo a proprietária Karla Iório, os atrativos do local - situado no bairro de Casa Amarela - são a pontualidade no atendimento e a tecnologia. Para a delegada Tereza Nogueira, o convênio é positivo.

“Fiquei muito satisfeita, foi uma experiência extremamente positiva, as funcionárias são perfeccionistas e fazem ajustes que outras manicures deixam passar”, disse Tereza. “Gosto demais da administração da Adeppe após a chegada

Delegada Tereza Nogueira aprova parceria da Adeppe com Espaço de Beleza Karla Iório



Foto: Divulgação

do presidente Francisco Rodrigues, ele deu uma nova roupagem, é moderno e tem um olhar carinhoso sobre a classe. Acho muito importante que a Associação se preocupe em fornecer parcerias e buscar descontos para a categoria”, avaliou a delegada.

De acordo com Karla, o salão trabalha com agendamento para não haver risco de a cliente não ser atendida dentro do horário previsto. Ela explica que dispõe de toda a linha de produtos da L'Oréal e que realiza tratamento a laser para fortalecer

o crescimento e ajudar na proteção dos cabelos. “Os tratamentos dos outros salões são mais demorados, o nosso laser traz mais eficácia, brilho e maciez para as clientes”, ressalta Karla.

Serviço

@espacokarlaiorio
Espaço de Beleza Karla Iório
Rua Major Nereu Guerra, 166
Tel: 98334-8944 / 3129-0661

CONVÊNIO DA ADEPPE PREVÊ VACINAÇÃO PARA PREVENIR DOENÇAS

Garantir a saúde e o bem-estar dos seus associados, filhos e cônjuges por meio de um serviço de alta qualidade, oferecido com um desconto de 12% que já parte abaixo da média do mercado. Este é o objetivo da Adeppe ao firmar parceria com a clínica de vacinação Imunomax. O sócio-gerente Carlos Henrique ressalta que manter a carteira de vacinação em dia é fundamental devido ao risco de retorno de doenças até então consideradas erradicadas. O convênio com a Associação é um dos poucos que a empresa escolheu realizar, a fim de manter o alto nível de atendimento.

“Em 2018 fez 100 anos do início da grande pandemia de gripe de 1918, que

vitimou mais de 10 milhões de pessoas no mundo. Foi o mesmo H1N1 que circula hoje”, alerta Carlos. Ele informa que, apesar de algumas doenças terem permanecido praticamente erradicadas, a bactéria continua a circular. Com as carteiras de vacinação desatualizadas, as pessoas ficam contaminadas e as enfermidades se propagam. Isso explica o recente surto de sarampo e o risco de retorno da poliomielite. A Imunomax oferece todas as vacinas, com exceção da BCG (aplicada nas crianças



Foto: Divulgação

ainda na maternidade). Segundo Carlos, é preciso estar totalmente imunizado, pois quando ocorrem surtos e a procura é maior, a produção da vacina não consegue atender todos os interessados por ser um processo demorado.

Serviço

@imunomax
Clínica Imunomax
Rua Regueira Costa, 237, Rosarinho
Tel: 3244-5521

HARMONIZAÇÃO DO VINHO

É um fato, gosto não se discute. Então por que seguir regras de harmonização entre vinho e alimentos? Na verdade, essas “regras” são orientações que vão ajudar você a sentir mais prazer no momento das refeições, mas nada impede que a interação entre vinho e alimentos se dê da maneira que mais agrade a você, mesmo que as “normas” não sejam seguidas.

O enófilo irá priorizar o vinho, irá escolher primeiro o vinho para depois pensar qual prato acompanhará a bebida. Mas é claro que o prato poderá ser escolhido antes, e só depois, diante de tantos estilos e rótulos de vinho, você passará a selecionar a bebida que melhor harmonia trará ao conjunto.

A harmonização pode ocorrer de diversas formas. Em primeiro lugar, leva-se em consideração o peso do prato, que deverá ser escoltado por um vinho de mesmo peso. Peixes grelhados, leves, devem ser acompanhados por vinhos brancos secos, igualmente leves, como um Sauvignon Blanc sem passagem por barril, ácido e fresco, que também será um excelente acompanhamento para ostras, mariscos, camarão sem molhos untuosos e saladas. Já se o prato possui um peso maior, como cortes de carnes com gordura, carnes de caça, ou outras carnes e massas com molhos mais elaborados e densos, a pedida é por vinhos com mais corpo, como os tintos da uva cabernet sauvignon e no caso dos brancos os chardonnays barricados.

Superada a questão do peso, em grande parte das vezes a harmonização ocorre por contraste. A comida terá uma característica que será contraposta pelo vinho. Exemplo disso é um prato gorduroso com um vinho que apresenta grande frescor, acidez (a gordura envolve a boca e a acidez limpa o palato através da salivação). Também são exemplos de harmonização por contraste os alimentos muito salgados com vinhos doces, bem como aquelas carnes gordurosas e cheias de proteína com vinhos tânicos (o tanino do vinho traz uma sensação tátil de secura das gengivas e língua, devido às proteínas contidas nessas

áreas, por isso a proteína e gordura da carne interagem tão bem com os taninos do vinho). Daí termos a sensação tão prazerosa já citada quando comemos um porquinho gorduroso com um espumante de boa acidez, ou uma picanha com um vinho tinto tânico e também com acidez mais alta. Para finalizar uma refeição nada melhor do que um vinho de sobremesa, como o Sauternes ou o Porto Ruby, por exemplo, doce e de boa acidez, que irá contrastar perfeitamente com um pedaço cremoso e salgado de gorgonzola.

Ainda poderemos realizar a harmonização por semelhança, tendo em vista os seguintes aspectos: 1) comida aromática/condimentada com vinho aromático (comida indiana ou tailandesa com um Gewurztraminer ou Riesling); 2) comida doce com vinho doce (crème brûlée com Sauternes ou sobremesas com chocolate e vinho do Porto Ruby ou Banyuls); 3) comida estruturada com vinho estruturado (carnes de churrasco com vinhos tintos estruturados); 4) comidas delicadas com vinhos delicados (peixe grelhado com Sauvignon Blanc leve e ácido).

Algumas harmonizações clássicas interessantes e que nunca irão decepcionar são as seguintes: caviar com Champagne; ostras com Chablis; frutos do mar com Muscadet; embutidos com Beaujolais; cordeiro com Bordeaux tinto; foie gras com Sauternes e queijo de cabra com Sancerre.

São diversas as possibilidades

de compatibilização entre vinho e comida, havendo outros tantos tipos de harmonização, como a regional, na qual a mesa é posta com os produtos de uma determinada localidade por questões histórico-culturais, a exemplo do coq au vin com Gevrey-Chambertin na Borgonha, pernil de cordeiro assado com um Médoc maduro em Bordeaux, tapas com Jerez seco no sul da Espanha, ou uma simples bisteca Fiorentina com Chianti na Toscana.

Como última dica, alerta para os alimentos de difícil harmonização, como o vinagre, o aspargo, a alcachofra, o ovo, a pimenta, o alho e os temperos em excesso, lembrando ainda que vinhos muito alcoólicos não combinam com pratos picantes e peixes e crustáceos não interagem bem com vinhos tânicos.

Bom apetite!



Julieta Japiassu
Enófila

Sommelier em formação pela ISG
Especialista em vinhos pela WSET



Fotos: Acervo Pessoal

REFORMA DA SEDE ENTRA EM NOVA ETAPA

A Adeppe deu início, recentemente, a uma nova fase na reforma de sua sede com a implantação do mezanino, onde irá funcionar um lounge para os associados descansarem. Após meses de obras, antecedidos por uma longa jornada em busca de todas as autorizações legais necessárias, a modernização do prédio construído na década de 1930 está mais próxima de ser concluída.

“Com o mezanino, nós conseguimos duplicar o espaço onde funcionava o antigo bar”, disse o diretor tesoureiro Fábio Rebelo, responsável direto pelos trabalhos de modernização da sede da Adeppe. Fábio explicou que o bar anterior será reformulado e continuará no



Foto: Divulgação

Modernização – Categoria terá mais opções de lazer e conforto com novo bar e mezanino

mesmo lugar, embaixo de onde está sendo colocado o mezanino, que será equipado com TV, poltronas e sofás.

Para o presidente da Adeppe, Francisco Rodrigues, a reforma é importante, sobretudo, para resgatar o convívio entre os associados na sede, aumentando ainda mais o entrosamento

entre os filiados, trazendo novas ideias e debates importantes em defesa dos delegados e delegadas. No segundo andar, as obras da nova estrutura administrativa também já começaram. Quando concluído, todo o pavimento estará mais confortável, adequado às reuniões da categoria e ao trabalho da Associação.

PARCERIA TRAZ DESCONTO PARA ASSOCIADOS E DEPENDENTES

Por meio de parceria conquistada pela Adeppe, os associados e seus dependentes podem usufruir de 15% de desconto para compras de vestuário nas lojas Ad Recife e Senhorita, que possuem 13 anos de atuação. A Ad Recife é focada nos setores de moda masculina (ternos, roupas tradicionais para o dia a dia e acessórios), de praia e está localizada nos shoppings

Recife e Patteo. Situada no shopping Patteo e no bairro de Santo Antônio, a Senhorita atende aos segmentos feminino e de praia.

“Conquistar parcerias para facilitar o dia a dia das associadas e dos associados é um objetivo que buscamos diariamente”, destacou o presidente da Adeppe, Francisco Rodrigues. A assistente administrativa do Grupo Moda Mais,

Juliana Lins, informa que o valor de 15% de desconto abrange compras à vista ou em cartão, com exceção das peças promocionais. Segundo ela, a Senhorita e a Ad Recife dispõem de marcas conhecidas para oferecer ao público.

Serviço

@ad.recife
@lojas.senhorita



Foto: Divulgação